



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

14/12/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Estudo do governo propõe fim da multa do FGTS e liberar trabalho todo domingo

A última reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) completou quatro anos no último dia 11 de novembro deste ano. O conjunto de mudanças na CLT promovido pelo governo de Michel Temer suscitou intenso debate jurídico e muitas questões judicializadas ainda serão discutidas pelo Supremo Tribunal Federal. Diante desse cenário, a notícia de que o governo de Jair Bolsonaro (PL) estuda promover novas alterações no regramento trabalhista divide opiniões.

O eixo dedicado a estudar propostas relacionadas aos direitos trabalhistas, por exemplo, é liderado por Ives Gandra Filho, ministro do Tribunal Superior do Trabalho. O voltado a elaborar mudanças sobre economia do trabalho é encabeçado pelo economista Ricardo Paes de Barros.

O resultado do trabalho desses especialistas é um documento de 262 páginas. O estudo propõe 330 alterações em dispositivos da CLT que vão desde a inclusão de 110 regras, a alteração de 180 e a revogação de 40 delas.

Conforme o regramento atual, para se trabalhar aos domingos, é preciso estar na lista de atividades autorizadas pela Secretaria Especial do Trabalho ou possuir autorização de entidade sindical, mediante convenção ou acordo coletivo. Também é necessário que, em atividades comerciais, o trabalho aos domingos não viole legislações municipais. Isso, conforme o Gaet, serve como uma barreira injustificada ao trabalho aos domingos.

Outra mudança proposta é o fim do pagamento de multa rescisória para o trabalhador e a criação de um fundo único composto pelo FGTS e o seguro-desemprego. Ao invés do seguro ser pago após a demissão, os recursos passariam a ser depositados ao longo dos primeiros 30 meses de trabalho do empregado.

Os trabalhadores que recebem um salário-mínimo teriam que contribuir com 16% do valor recebido, o dobro da contribuição exigida dos empregadores para o FGTS. "Esse subsídio público, entretanto, deve ser focalizado, de tal forma que seu valor deve variar inversamente com o nível da remuneração recebida pelo trabalhador. A focalização, novamente, faz com que os subsídios públicos beneficiem exclusivamente os trabalhadores em situação mais vulnerável contribuindo, dessa forma, para a redução na desigualdade de renda", justificam os especialistas.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 14 de dezembro.

Pesquisa ICL: para 51%, Bolsonaro prejudica os trabalhadores; para 68%, favorece os banqueiros

A pesquisa "Conjuntura Política e corrupção financeira" ouviu presencialmente 2.685 pessoas, entre os dias 10 e 26 de novembro. O trabalho foi coordenado pelo sociólogo Jessé Souza, ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Dos entrevistados, 69% disseram que Bolsonaro favorece os grandes empresários e 68% avaliam que beneficia os banqueiros.

Quando questionados sobre pontos negativos da atual gestão federal, os mais mencionados foram o fracasso no enfrentamento da pobreza e das desigualdades e o mau desempenho no combate à pandemia. Ambos foram lembrados por 44% dos entrevistados.

Sobre os pontos positivos, 43% disseram não haver nenhum aspecto digno de elogio e 28% citaram o combate à corrupção.

Reconheceram haver no Brasil uma crise econômica 86%. 90% acreditam que os mais pobres são os principais prejudicados.

Em relação aos principais pontos negativos relacionados à economia, 45% citaram o custo de vida/política de preços, 43% o controle da inflação e 39% a deficiência na geração de empregos.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 14 de dezembro.

Mercado eleva para 11,5% estimativa de taxa de juros em 2022

O mercado financeiro elevou a projeção para a taxa de juros ao fim de 2022, depois de o Banco Central ter adotado uma linguagem mais dura ao decidir na semana passada tornar a subir a taxa Selic, enquanto as expectativas de inflação melhoraram ou pararam de piorar depois de uma longa série de altas.

De acordo com a pesquisa Focus do Banco Central —levantamento semanal do Bacen com analistas de instituições financeiras— divulgada nesta segunda-feira (13), o prognóstico para o juro básico da economia em 2022 subiu a 11,5% ano, de 11,25% do documento da semana anterior.

Na quarta-feira (8), o BC elevou a taxa Selic em 1,50 ponto percentual, para 9,25% ao ano, indicou nova alta da mesma magnitude para fevereiro e destacou em comunicado a importância de o ciclo de aperto avançar "significativamente" em território contracionista para consolidar o processo de desinflação e de ancoragem das expectativas em torno das metas.

O tom mais assertivo surpreendeu boa parte do mercado, que vinha de dados piores de atividade econômica. Dois dias depois, o IBGE divulgou um IPCA de novembro abaixo do esperado e com composição melhor.

As medidas de inflação projetadas por analistas para a Focus, por sinal, melhoraram.

O número esperado para 2021 cedeu de 10,18% para 10,05% —primeira queda após 35 semanas consecutivas de alta. A medida para 2022 se manteve em 5,02%, parando de subir depois de 20 semanas seguidas em ascensão.

Todas as projeções anuais de 2021 a 2024, porém, seguem acima das metas para os respectivos anos --3,75%, 3,50%, 3,25% e 3,00%.

Num cenário inflação ainda pressionada e juros mais altos, a economia padece. O prognóstico para o crescimento do PIB em 2021 recuou pela nona semana seguida, saindo de 4,71% para 4,65%.

A taxa esperada para 2022 ficou menor pela décima semana consecutiva, ainda que apenas ligeiramente —caiu de 0,51% para 0,50%

Saiba mais em: **Folha de São Paulo, terça-feira 14 de dezembro.**

MP autoriza governo a reeditar taxa extra na conta de luz por 'escassez hídrica'

O governo publicou nesta segunda-feira (13), uma medida provisória (MP) que dá poderes a um colegiado presidido pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para decidir sobre a reedição da cobrança de bandeira tarifária extraordinária nas contas de luz. A taxa é paga mensalmente pelos consumidores a depender das condições para geração de energia no País.

Devido à grave crise hídrica, está em vigor desde setembro e vai até abril de 2022 a bandeira "escassez hídrica", que representa cobrança de R\$ 14,20 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Em tese, caberia apenas à Aneel a atribuição de definir as tarifas de energia elétrica praticadas no País, mas o texto publicado autoriza que o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), comandado pelo ministro de Minas e Energia, "a estabelecer bandeira tarifária extraordinária para a cobertura de custos excepcionais decorrentes de situação de escassez hídrica".

O grupo também é formado por representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional do Petróleo (ANP), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o Operador Nacional do Sistema (ONS) Pela MP, que tem força de lei, a decisão de cobrança de uma bandeira tarifária extraordinária deverá ser de caráter transitório e ser justificada.

Na prática, o governo terá segurança caso avalie necessário prorrogar a cobrança da bandeira "escassez hídrica", isso porque o patamar atual foi criado pela extinta Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (Creg) e tem validade até abril de 2022.

A bandeira de escassez hídrica foi criada em agosto para suportar os custos das medidas emergenciais para evitar falhas no fornecimento de energia, como a geração de usinas termelétricas. Os recursos, no entanto, não foram suficientes, pois o governo evitou elevar a taxa para algo em torno de R\$ 15 e R\$ 20, como defendiam os técnicos. Para conter o déficit na conta Bandeiras e evitar um tarifaço em 2022, a MP também caminha para estruturação de um novo socorro ao setor elétrico, a ser pago pelos consumidores nos próximos anos.

Saiba mais em: **A Tribuna, terça-feira 14 de dezembro.**